

# Proposta de Resolução CNRH – Propostas da ANA

Luciano Meneses  
Brasília-DF  
29/06/2015



## Propostas Agência Nacional de Águas - ANA

- Estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, ~~e dá outras providências.~~

## Proposta 1: Modificação do art. 8º

- Art. 8º Para fins de atendimento aos limites estabelecidos pela entidade competente, a autoridade outorgante ~~deverá~~ poderá considerar o efeito cumulativo de todas as derivações, captações e lançamentos do empreendimento em um mesmo corpo hídrico.

## Proposta 1: Modificação do art. 8º

- **Justificativa:**

- ✓ As autoridades outorgantes poderão emitir outorga para cada interferência ou para um conjunto de interferências, que caracterizam um empreendimento, aplicando os critérios de uso de pouca expressão para cada interferência ou para o empreendimento.
- ✓ A ANA está mudando seu sistema de outorga de análise de empreendimento para análise por interferência em corpos hídricos.

## Proposta 2: Exclusão do art. 11

- Art. 11 Para uso de recursos hídricos com a finalidade de atendimento a situações emergenciais de interesse público, desde que previamente comunicado à autoridade outorgante, não será necessária a obtenção de prévia autorização para esse tipo de interferência.
- § 1º O disposto no caput não se aplica às captações com a finalidade de abastecimento público.
- § 2º A autoridade outorgante deverá se manifestar sobre a adequabilidade da solução adotada e tomar as providências cabíveis.

## Proposta 2: Exclusão do art. 11

- **Justificativa:**

- ✓ Os usos de recursos hídricos com a finalidade de atendimento a situações emergenciais de interesse público remetem a um “estado de exceção” em que não cabe, a princípio, enquadrar como uso outorgável ou que independa de outorga.
- ✓ Essas situações requerem uma avaliação da sua duração, sua finalidade de uso, dos quantitativos envolvidos e da condição de criticidade do corpo hídrico a ser utilizado, além da própria definição do que venha a ser interesse público.

# Obrigado!

**Luciano Meneses**  
**Coordenador de Outorga**

**lmeneses@ana.gov.br | (+55) (61) 2109 –5270**

**[www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)**



**[www.twitter.com/anagovbr](http://www.twitter.com/anagovbr)**



**facebook**

**[www.facebook.com/anagovbr](http://www.facebook.com/anagovbr)**



**[www.youtube.com/anagovbr](http://www.youtube.com/anagovbr)**